



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

**Autos nº 0300748-60.2018.8.24.0235**  
**Ação: Recuperação Judicial/PROC**  
**Autor: Andrade Construções Ltda. e outros**

**DECISÃO INTERLOCUTÓRIA**

Trata-se de **Recuperação Judicial** requerida por **Andrade Construções Ltda, Andrade Materiais de Construção Ltda, JSA Transportes Rodoviários de Cargas Ltda, JSA Incorporações de Imóveis Ltda, Cerâmica JR Ltda, Construções Herval Ltda e Construtora Andrade Ltda**, devidamente qualificadas.

Determinada emenda à inicial (pgs. 575-582 e 1.076-1.078), sobrevieram as peças e documentos de pgs. 806-1.068 e 1.127-1.161.

Inicialmente, as três primeiras requerentes explicaram que iniciaram suas atividades no ano de 1970, no interior de Capinzal-SC, com a produção de tijolos e que constituem um grupo empresarial de atividade na construção civil há mais de 41 anos.

Afirmaram que, com a consolidação do Grupo Andrade, na década de 1990, sobreveio a abertura de filiais e a construção civil passou a integrar as atividades empresariais.

Consignaram que, em 2010, iniciaram as atividades industriais com fabricação de telhas de concreto, lajes pré-moldadas, esquadrias de alumínio e estruturas metálicas e, em 2015, contavam com lojas em Chapecó, Videira, Catanduvas, Treze Tílias e Joaçaba, além de obras de projeção nacional. Expõem que, atualmente, possuem 360 funcionários.

Com relação à Andrade Construções Ltda, explicaram que atua em projetos de obras públicas de saneamento básico e para empresas frigoríficas, sendo suas principais clientes a BRF e a JBS.

Lembram que, em 2015 e 2016, houve um grande avanço em



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

contratos de obras de saneamento e, em consequência, ocorreu forte investimento em máquinas e equipamentos, o que aumentou seu endividamento a longo prazo, bem como prospecção de capital de giro para fomentar a construção civil.

No entanto, no ano de 2017, houve uma queda de 22% nas contratações em decorrência de rompimento de contratos e atrasos nas obras em andamento. Assim, o prazo de pagamento foi elevado para 180 dias, reduzindo, em 26%, o faturamento em comparação ao ano anterior. Citam, ainda, que seus principais clientes alteraram os prazos de pagamento de 30 para 60 dias, no caso da JBS, e de 60 para 150 dias, no caso da BRF.

Essa situação impactou diretamente na necessidade de capital de giro, tornando necessários empréstimos e financiamentos para suprir os déficits de caixa.

Com isso, aumentaram, em 16%, as dívidas gerais da empresa, fazendo com que o grau de endividamento, calculado sobre o total do passivo em confronto com o patrimônio líquido, crescesse de 140%, em 2015, para 202% em 2017. Tudo isso resultou em um prejuízo de 7% na Construtora em 2017 em comparação a um lucro de 1,36% no ano anterior, com resultado negativo de 29% em 2017 no patrimônio líquido da empresa.

Em relação à Andrade Materiais de Construção Ltda, expuseram que houve aumento, no faturamento, em 12% em 2017, quando comparada ao ano anterior. No entanto, seu endividamento bancário aumentou em 39%, elevando o comprometimento sobre o patrimônio líquido em mais de 800%. Isso tudo ocasionou prejuízos na monta de R\$ 796.000,00.

Sobre a JSA Transportes Rodoviários de Cargas Ltda, explicaram que foi criada para concentrar a operação logística do grupo empresarial referente à construção civil e à movimentação de materiais de construção.

Na emenda à inicial, postularam a inclusão no polo ativo, bem com a recuperação judicial das demais empresas do grupo, quais sejam, **JSA Incorporações de Imóveis Ltda, Cerâmica JR Ltda, Construções Herval Ltda e Construtora Andrade Ltda.**

Com relação à JSA Incorporações de Imóveis Ltda, esclareceram que



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

é constituída de forma idêntica às três primeiras autoras, atua na incorporação imobiliária e na locação de imóveis, não possui dívidas, nem funcionários contratados.

Relataram que a Construtora Andrade Ltda atua no ramo da incorporação e locação de imóveis próprios e, para facilitar essa atividade, está sediada na cidade de Concórdia-SC. Esclareceram, ainda, que esta empresa não possui dívidas sujeitas à recuperação judicial.

A Cerâmica JR Ltda possui como objeto social o comércio varejista de materiais de construção em geral e está estabelecida em Capinzal-SC.

A Construções Herval Ltda iniciou os serviços de obras de pequeno porte, no entanto, com o tempo, passou a realizar parcerias com a Andrade Construções Ltda para execução de obras.

Afirmaram que, apesar das personalidades jurídicas distintas, as sete empresas constituem um grupo econômico porquanto "atuam conjuntamente com confusão patrimonial, unidade de gestão na comarca de Herval d' Oeste (local onde a maioria possui sede, onde as decisões administrativas são tomadas e onde grande parte dos negócios são realizados), prevalectimento de interesse comum e inclusive cessão de funcionários" e [...] "a existência de caixa único com pagamentos sem contrapartida, a prestação de garantias cruzadas, administradores únicos para todas as todas as Sociedades, semelhança de sócios, atuação em ramos de atividade que se complementam, utilização de bens das outras Sociedades e identificação perante os credores como grupo econômico de fato" (pgs. 809-810).

Ainda, justificaram a necessidade de pleitear, em litisconsórcio ativo, porque a reestruturação de um dos integrantes do grupo depende da reestruturação do outro, pois a responsabilidades pelas obrigações se confunde já que os recursos se comunicam e o endividamento foi constituído por todas as autoras.

Elegem como causas determinantes às dificuldades vividas pelas requerentes: a falta de capital de giro, o endividamento bancário, a elevação dos custos financeiros, a pesada carga tributária e a inadimplência de clientes.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

Inicialmente, requereram, em tutela de urgência, a intimação dos bancos com quem realizaram operações e que citam, para absterem-se de efetuar débitos decorrentes dos compromissos contraídos antes do pedido de recuperação judicial, bem como de retomarem ou consolidarem a propriedade dos bens apontados considerados essenciais até que seja certificado o transcurso do prazo do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005. Além disso, pediram a expedição de certidão de dispensa das requerentes na apresentação de certidão negativa de Recuperação Judicial para o fim de participarem de licitações ou receberem pagamentos da administração pública. Outrossim, pugnaram pelo deferimento do processamento da recuperação judicial e pelo diferimento do recolhimento das custas processuais. Valoraram a causa e juntaram documentos (pgs. 01-574).

Após, na apresentação da emenda à inicial, e tendo em vista que alguns caminhões das autoras foram apreendidos em decorrência do deferimento de liminar em ação de busca e apreensão, postularam, também, em tutela de urgência, o reconhecimento da essencialidade dos bens apreendidos e a sua imediata restituição. Ainda, considerando que a Construtora Andrade Ltda, com sede em Concórdia-SC, prestou garantia à Andrade Materiais de Construção Ltda em uma cédula de crédito bancário firmado com a cooperativa Sicoob Vale do Vinho, alienando fiduciariamente o imóvel em que está estabelecida naquela cidade, requereram, também, em tutela provisória, que a instituição financeira se abstenha de buscar a satisfação daquela dívida com a consolidação da propriedade do bem ou tentar retirar da posse o imóvel dado em garantia.

Decido.

**1. Do processamento da recuperação judicial.**

Segundo disciplina o artigo 47 da Lei n. 11.101/2005: *"A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica"*.

Impende consignar que *"não há, neste momento, enfrentamento da*



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

*matéria de fundo – o pedido de recuperação judicial –, mas tão somente dos aspectos formais do pedido: requisitos e impedimentos (art. 48) e regular instrução do pedido (art. 51)" (NEGRÃO, Ricardo. Manual de direito comercial e de empresa: recuperação de empresas e falência. Vol. 3. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 204).*

Logo, não há a efetiva verificação da viabilidade do requerimento, mas tão somente do atendimento dos pressupostos legais que admitem o processamento da recuperação.

A respeito, para que se viabilize o deferimento do pedido de processamento da recuperação judicial, o requerente deve atender, cumulativamente, os requisitos dos artigos 48 e 51, ambos da Lei n. 11.101/2005.

Em análise da peça inicial e dos documentos, infere-se que as empresas preencheram os requisitos acima transcritos.

Reforço, ademais, que o presente momento processual serve apenas para a realização de um exame sumário acerca do atendimento dos requisitos legais para possibilitar o processamento do pedido.

Todavia, não se pode deixar de levar em consideração que o Grupo Andrade é constituído por pessoas com vínculo na região, atuam há muitos anos e empregam mais de 300 pessoas, sendo uma empresa importante para o desenvolvimento econômico e social de Herval d'Oeste e região.

Sendo assim, porque atendidos todos os requisitos legais, o pedido de processamento da recuperação judicial merece ser deferido.

Desse modo, **recebo** as emendas à petição inicial apresentada às pgs. 806-1068 e 1.127 a 1.161 e, preenchidos os requisitos legais previstos nos artigos 48 e 51 da Lei 11.101/2005, com fundamento no artigo 52 da mencionada Lei, **DEFIRO** o processamento da recuperação judicial das empresas **Andrade Construções Ltda, Andrade Materiais de Construção Ltda, JSA Transportes Rodoviários de Cargas Ltda, JSA Incorporações de Imóveis Ltda, Cerâmica JR Ltda, Construções Herval Ltda e Construtora Andrade Ltda.**

As empresas recuperandas deverão apresentar o(s) plano(s) de



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

recuperação no *prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias*, a contar da publicação da presente decisão (artigos 53 e 54 da Lei n. 11.101/2005).

A respeito, a contagem do prazo para apresentação do plano de recuperação judicial será em *dias úteis*, nos termos dos artigos 53, "caput" e 189 da Lei n.º 11.101/2005 c/c artigo 219 do Código de Processo Civil.

## **2. Da Administradora Judicial**

Nomeio, como administradora judicial, a sociedade **INNOVARE ADMINISTRADORA EM RECUPERAÇÃO E FALÊNCIA SS - ME**, representada por seus sócios Maurício Colle de Figueiredo e Flávio Carlos, situada na Travessa Germano Magrin, n.º 100, sala 407, Edifício Parthenon, Centro, Criciúma, CEP: 88.802-090, fones:(48) 3413-8211/99975-7977/99978-3115.

No tocante à remuneração da Administradora Judicial, por ser de incumbência do Juízo a sua fixação (o pagamento fica a cargo das empresas recuperandas), deve-se levar em conta: a) a capacidade de pagamento do devedor; b) o grau de zelo; c) a complexidade; e d) a qualidade do trabalho a ser realizado, aliados à norma especial da legislação pertinente, que estabelece os critérios de remuneração. Assim, em atenção aos parâmetros de mercado e à capacidade econômica das empresas recuperandas, mas diante da impossibilidade de antever, neste momento processual, o grau de complexidade do trabalho a ser realizado, considerando, ainda, que a remuneração devida à administradora judicial tem natureza de crédito extraconcursal, isto é, conta com preferência no recebimento, nos termos dos artigos 24 e 84, inciso I, da Lei n. 11.101/2005, mostra-se adequado fixá-la, provisoriamente, em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais, a qual será abatida do montante final devido à administradora.

Ressalta-se, de todo modo, que o valor da remuneração poderá ser revisto, a qualquer momento, caso se mostre inadequado.

Assim, fixo em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais a remuneração inicial a qual será abatida do montante final devido e deverá ser paga pelas empresas recuperandas diretamente à administradora judicial até o 5.º (quinto) dia de cada mês (Banco Santander (n. 033), Agência n. 3599 e Conta Corrente n.





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

13081207-8 – CNPJ 21.828.338/0001-06), contados a partir de 05.11.2018, a fim de evitar o acúmulo desnecessário de determinações judiciais para expedição de alvarás judiciais.

Considerando a aparente capacidade de pagamento das sociedades empresárias recuperandas e a complexidade do trabalho, limito a remuneração definitiva, que, desde já, fixo no total de 3,0% (três por cento) sobre o valor devido aos credores submetidos à recuperação judicial. Determino a intimação da administradora, por meio de seus representantes, para, em 48 (quarenta e oito) horas, assinar o termo de compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo e assumir todas as responsabilidades inerentes, sob pena de remoção, restando desde logo definido que 40% da remuneração será liberada após o julgamento de suas contas, conforme arts. 154 e 155 da Lei n. 11.101/2005.

No tocante às despesas extraordinárias (viagens, hospedagem, combustível, alimentação, etc.) dos representantes da administradora judicial para o exercício do encargo, estas são de responsabilidade das recuperandas.

Nesse sentido, já decidiu o Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. ADMINISTRADOR. REMUNERAÇÃO. LEGITIMIDADE RECURSAL. DESCONTOS. RETENÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. RECURSO CONHECIDO EM PARTE E PROVIDO EM PARTE. I - A ilegitimidade recursal do Perito Judicial, afirmada pelo Superior Tribunal de Justiça, não se aplica ao Administrador Judicial. A se negar a legitimidade recursal do Administrador Judicial, ainda que a do Administrador da Recuperação Judicial, subtraído lhe será o acesso a eficiente instrumento para o fiel cumprimento das obrigações previstas no art. 22 da Lei n.º 11.101/2005. Se por um lado é possível admitir a legitimidade recursal do Administrador da Recuperação Judicial enquanto "terceiro prejudicado" (art. 499, "caput" e § 1º, CPC) para a exclusiva defesa de suas atribuições legais, por outro é possível tê-lo como "parte" (art. 499, "caput", CPC) e, assim, legitimado à interposição de recurso para a específica defesa de sua remuneração. II - **De acordo com o art. 84, I e III, a Lei n.º 11.101/05, as "remunerações devidas ao administrador judicial" não se confundem com "custas do processo". Assim, sob pena de abominável enriquecimento ilícito, deve o Administrador da Recuperação Judicial ser reembolsada pelas despesas que eventual e comprovadamente faça para diligenciar ou cumprir suas atribuições fora de sua sede.** Pelo mesmo princípio que veda o enriquecimento ilícito, da remuneração do Administrador da Recuperação Judicial devem ser descontados eventuais adiantamentos de cunho remuneratório. III - A par das providências dos arts. 154 e 155, citados ao final do art. 24, § 2º, todos da LRF, serem inequivocamente



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

próprias do processo de falência, a retenção ou reserva de parte da remuneração arbitrada em favor do Administrador da Recuperação Judicial encontra amparo no art. 63, I, da LRF, que a autoriza a título de parcela complementar final, a ser quitada após a apresentação e aprovação do relatório final, ou seja, do "relatório circunstanciado" acerca da execução do plano de recuperação. IV - Julgado em conjunto os agravos de instrumento, prejudicada fica a questão que, veiculada num deles, foi objeto de deliberação no outro. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0035.11.007098-0/011, Relator(a): Des.(a) Peixoto Henriques, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/10/2014, publicação da súmula em 10/10/2014) (grifei).

Assim, **determino**, também, às empresas recuperandas que promovam o ressarcimento das despesas extraordinárias (viagens, hospedagem, combustível, alimentação, etc.) dos representantes da administradora judicial para o exercício do encargo, mensalmente e na forma estabelecida para pagamento da remuneração, mediante comprovação documental das despesas diretamente às recuperandas.

Consigno que os pedidos de habilitação/divergência de créditos deverão ser apresentados diretamente à administradora judicial, de modo digital, por meio do sítio <http://www.innovareadministradora.com.br>, na aba "documentos", ou quando menos, pelo e-mail [mauricio@innovareadministradora.com.br](mailto:mauricio@innovareadministradora.com.br), na hipótese de tentativa frustrada pelo sítio, com exceção dos ofícios expedidos pela justiça especializada, instruídos com certidão de habilitação da Justiça do Trabalho, cuja ordem deverá ser cumprida pela administradora judicial para inclusão ou alteração do valor devido na relação de credores ou quadro geral de credores a ser elaborado ou consolidado ulteriormente.

### **3. Dos pedidos liminares.**

3.1 Do pedido de impedimento de novos débitos nas contas das requerentes por força de dívidas sujeitas à recuperação judicial.

Postulam, as requerente, a intimação das instituições financeiras (mencionadas às pgs. 20-25) para que se abstenham de efetuar débitos decorrentes de operações contraídas antes do pedido de recuperação judicial uma vez que tal situação poderá reter seus recursos.

Sabe-se que *"estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos"* (art. 49, Lei n. 11.101/2005).





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

Desse modo, as dívidas que as autoras contraíram com os bancos credores anteriormente ao pedido de recuperação subordinam-se a esse procedimento.

Extraem-se das pgs. 288-350 e 1.157-1.161 os extratos bancários das operações, as movimentações financeiras, serviços e contas bancárias mantidas com as entidades listadas às pgs. 20-25, o que configura a probabilidade do direito das requerentes.

Quanto ao fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, sabe-se que "a recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica" (art. 47 da Lei n. 11.101/2005) de modo que o fato das instituições financeiras debitarem os valores para pagamentos de dívidas poderia contribuir para o insucesso do regime de recuperação a que as requerentes pretendem se submeter.

Nesse sentido, citam-se os seguintes entendimentos jurisprudenciais do Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AVENTADA NECESSIDADE DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO. AFASTAMENTO. MEDIDA QUE FOI REQUERIDA EM CARÁTER INCIDENTAL AOS AUTOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL N. 0300460-44.2017.8.24.0075. ALÉM DO MAIS, COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA ELÉTRICA QUE FOI NOTIFICADA DO DEFERIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA, TENDO A OPORTUNIDADE DE APRESENTAR DEFESA OU IMPUGNAR O QUE FICOU DECIDIDO EM PRIMEIRO GRAU. DEFESA DE EVENTUAL DIREITO QUE PODERÁ SER EXERCIDA, A TEMPO E MODO, NA AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE INDEFERIU O PEDIDO DE EXTENSÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA ANTERIORMENTE CONCEDIDA (ABSTENÇÃO DA SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA). FATURA DE ENERGIA ELÉTRICA EMITIDA NA DATA DO PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CRÉDITO CONSTITUÍDO. SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA LEI N. 11.101, DE 9.2.2005. RECUPERAÇÃO JUDICIAL QUE ABRANGE TODOS OS DÉBITOS EXISTENTES AO TEMPO DO PEDIDO, AINDA QUE NÃO VENCIDOS. ARTIGO 49, "CAPUT", DA LEI N. 11.101, DE 9.2.2005. EXTENSÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE URGÊNCIA À FATURA OBJETO DE DISCUSSÃO QUE SE AFIGURA IMPOSITIVA. DECISÃO REFORMADA. RECURSO PROVIDO. (TJSC, Agravo de Instrumento n.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

4006349-15.2017.8.24.0000, de Tubarão, rel. Des. Jânio Machado, Quinta Câmara de Direito Comercial, j. 10-08-2017).

Agravo de instrumento. Ação de recuperação judicial. Relação jurídica estabelecida entre o banco agravante e uma das empresas recorridas em decorrência da emissão de cinco cédulas de crédito bancário. Inadimplência pela emitente dos títulos, que se encontra em procedimento de recuperação judicial. Retenção unilateral, pelo estabelecimento financeiro réu, de valor creditado na conta corrente da demandante. Pedido de reembolso da referida soma deferido. Irresignação. Suspensão de débitos exigidos por meio de ação judicial. Artigo 52, inciso III, da referida norma. Hipótese dos autos que, por analogia, se enquadra nessa situação, com o intuito de se preservar a isonomia entre os credores. Atitude do demandado que agrava a condição da requerente. Restituição do montante descontado, portanto, devida. Decisum mantido. Reclamo desprovido.

[...]

*Pelo mesmo fundamento em que a Lei n. 11.101/2005, em seus artigos 6º, caput, e 52, inciso III, determinou que, ao se deferir o processamento da recuperação judicial, cabe ao juiz ordenar "a suspensão de todas as ações ou execuções contra o devedor", ao requerido é vedado, por analogia, efetuar qualquer desconto bancário, em detrimento dos demais credores (grifo do autor) TJSC, Agravo de Instrumento n. 2012.068271-3, de Araranguá, rel. Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 31-03-2016).*

Apelação cível. Ação de rito ordinário. Relação jurídica estabelecida entre as partes em decorrência da celebração de vários contratos bancários. Inadimplência pela empresa autora, que se encontra em procedimento de recuperação judicial. Desconto automático e unilateral, pelo banco réu, de valores creditados na conta corrente da demandante. Pretensa abstenção dessa prática e reembolso das somas. Possibilidade. Atitude do demandado que agrava a situação da requerente. Dívida anterior ao pedido de recuperação e que, portanto, se sujeita a esse procedimento. Artigo 49, caput, da Lei n. 11.101/2005. Requerido que, inclusive, consta na relação de credores. Pedido de processamento da recuperação judicial deferido. Suspensão de débitos exigidos por meio de ação judicial. Artigo 52, inciso III, da referida norma. Hipótese dos autos que, por analogia, se enquadra nessa situação, com o intuito de se preservar a isonomia entre os credores. Restituição dos valores descontados devida. Sentença de procedência mantida. Reclamo desprovido (TJSC, Apelação Cível n. 2007.031025-6, de Caçador, rel. Des. Ronaldo Moritz Martins da Silva, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 28-02-2013).

Assim, o pagamento desses débitos deve ser reclamado por meio do aludido procedimento de recuperação, competindo aos bancos mencionados às pgs. 20-25 aguardarem a execução do plano de recuperação em relação às operações contraídas anteriormente ao pedido de recuperação judicial.

### 3.2 Do pedido de abstenção para retomada ou consolidação da



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

propriedade dos bens apontados considerados essenciais até que seja certificado o transcurso do prazo do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005.

As requerentes sustentam que possuem diversos bens dados em garantia fiduciária em favor das instituições financeiras e, tendo em vista que, em um primeiro momento, as autoras não poderão arcar com as parcelas destes financiamentos, pretende que as instituições financeiras credoras se abstenham de retomar ou consolidarem a propriedade dos bens essenciais às atividades das requerentes e citados às pgs. 27-28.

Também sustentam que, após o protocolo desse processo, ocorreu o deferimento de liminar de busca e apreensão de dois caminhões os quais, por considerarem essenciais à atividade das empresas, requerem que seja oficiado ao ofício do Juízo da Vara Cível de Pinhais/PR (processo nº 0011536-58.2018.8.16.0033) determinando a imediação restituição dos caminhões apreendidos.

Dispõe a Lei n. 11.101/2005, art. 49, § 3º que: "Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial" (grifei).

Extraí-se do mencionado dispositivo legal que, em que pese o credor fiduciário não se submeta aos efeitos da recuperação judicial, aludido normativo traz uma exceção à exceção ao não permitir, durante o prazo de suspensão previsto no art. 6º, § 4º, a retirada de bens essenciais à sua atividade comercial do estabelecimento do devedor.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

*"Referida exceção foi contemplada pelo legislador para permitir que o devedor em grave crise consiga, ao menos num curto período, se ver livre de eventuais constricções sobre bens, móveis ou imóveis, imprescindíveis à continuidade da sua atividade comercial, a fim de afastar o risco iminente de Falência" (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4015482-47.2018.8.24.0000, de Tijucas, rel. Des. Gilberto Gomes de Oliveira, Terceira Câmara de Direito Comercial, j. 10-07-2018).*

Outrossim, de acordo com a jurisprudência, *"Para efeito de aplicação do § 3º do art. 49, "bem de capital", ali referido, há de ser compreendido como o bem, utilizado no processo produtivo da empresa recuperanda, cujas características essenciais são: bem corpóreo (móvel ou imóvel), que se encontra na posse direta do devedor, e, sobretudo, que não seja perecível nem consumível, de modo que possa ser entregue ao titular da propriedade fiduciária, caso persista a inadimplência, ao final do stay period (STJ. REsp 1758746/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018).*

*Ainda, bens de capital essenciais são somente as máquinas, equipamentos, veículos e similares, cujo desapossamento poderia inviabilizar a continuidade da linha de produção da empresa em recuperação judicial. Interpretação que não ofende ao princípio da preservação da empresa ou aos fins sociais porque expressamente prevista pelo legislador ordinário (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4014130-25.2016.8.24.0000, de Palhoça, rel. Des. Dinart Francisco Machado, Segunda Câmara de Direito Comercial, j. 07-11-2017) (grifei).*

Infere-se do feito (pgs. 27-28 e 806-823) que os bens considerados essenciais pelas requerentes são automóveis (Jeep Compass ano fab 2017/2018, GM S10 ano/fab 2014, Ford Ecosport ano/fab 2017/2018 e Gol Trendline ano/fab 2016/2017), guindaste veicular, retroescavadeiras, caminhões, escavadeiras, empilhadeiras e carrocerias, bem como o imóvel em que se encontra estabelecida a sede da Construtora Andrade Ltda na cidade de Concórdia-SC.

Sobre os bens móveis, em análise dos contratos bancários (pgs. 375-574), verifica-se que há documentos referente a todos os bens, exceto em



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

relação à GM S10 Pick-Up LT 2.4F, ano/fab 2014 e aos caminhões Foton, modelo 3.5-1 DT 2.8 4X2 ano/fab 204/2015, placas QHX 0922 e QHX 0802 porquanto referente a esses últimos somente há orçamento de operação de crédito direto ao consumidor referente (pg. 557).

No que se refere ao imóvel em que se encontra estabelecida a loja da Construtora Andrade Ltda de Concórdia-SC, verifica-se sua alienação fiduciária na cédula de crédito bancário – CCB Financiamento firmada entre a Andrade Materiais de Construção Ltda e a Cooperativa de Crédito de Livre admissão de Associados do Vale do Vinho (pgs. 1.020-1.037).

A respeito das atividades desempenhadas pelas empresas autoras, observa-se dos contratos sociais das requerentes que: a) a Andrade Construções Ltda apresenta como ramos de exploração: Construção civil, importação e exportação, terraplanagem, escavações, prestação de serviços na coleta e reciclagem de lixo e entulhos, limpeza e conservação, servente de movimentação de mercadorias (carga e descarga), serventes, motoristas, locação de mão-de-obra temporária, saneamento básico, elaboração e gestão de projetos e fiscalização de obras civis, hidráulica e de tráfego (Matriz) e fabricação de artefatos de cimento para uso na construção, fabricação de esquadrias de metal, de estruturas metálicas e pré-moldadas de concreto armado (Filial) (pgs. 47 e 272); b) a Andrade Materiais de Construção Ltda tem como objeto social da Matriz o comércio varejista de materiais de construção em geral, material elétrico e eletrônico, de pintura, ferragens, celulares, equipamentos de comunicação e demais artigos inerentes do ramo, serviços de escritório, apoio administrativo, preparação de documentos e cadastros de financiamento junto a instituições financeiras. O objeto social das filiais é o comércio varejista de materiais de construção em geral, elétricos, eletrônicos, pintura, ferragens e demais artigos inerentes do ramo (pgs. 64 e 273); c) a JSA Transportes Rodoviários de Cargas Ltda possui como ramo de atividade transportes rodoviários de cargas intermunicipal, interestadual e internacional (pgs. 77 e 275); d) a JSA Incorporações de Imóveis Ltda, possui como objeto social a incorporação de empreendimentos imobiliários (pgs. 836 e 982); e) a Cerâmica JR Ltda possui objeto





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

social como comércio varejista de materiais de construção em geral (pgs. 844 e 983); f) a Construções Herval Ltda possui como objeto social: construção civil, saneamento básico, elaboração e gestão de projetos e serviços de inspeção técnicas nas áreas de engenharia civil, hidráulica e de tráfego, elétrica e eletrônica, montagem de estrutura metálica, construção de instalações esportivas, instalação de sistema de prevenção contra incêndio, serviço de pintura, obras de engenharia civil, obras de urbanização – ruas, calçadas e praças, atividades de consultoria em gestão empresarial, serviços de assessoria, consultoria, orientação e assistência operacional administrativa a empresas e organizações (pgs. 855 e 980); e g) a Construtora Andrade Ltda possui como objeto social o comércio varejista de materiais de construção em geral, construção civil e locação de imóveis próprios (pgs. 868 e 981).

Diante do descritivo das atividades desempenhadas, observa-se que restou configurada a probabilidade do direito das autoras, ou seja, consideram-se essenciais às atividades das requerentes o imóvel em que está estabelecida a sede da empresa Construtora Andrade Ltda em Concórdia-SC, bem como o guindaste veicular, as retroescavadeiras, os caminhões, as escavadeiras, empilhadeiras e carrocerias descritos às pgs. 27-28.

Contudo, não foi demonstrado a contento, ao menos nessa fase processual a essencialidade às atividades produtivas do Jeep Compass ano fab 2017/2018, da Ford Ecosport ano/fab 2017/2018, do Gol Trendline ano/fab 2016/2017 e da GM S10 ano/fab 2014 relacionados.

O perigo de dano encontra-se presente na essencialidade dos bens à manutenção das atividades das empresas, conforme já mencionado acima.

No sentido de deferimento do pedido de tutela formulado, decidiram o Superior Tribunal de Justiça e o Tribunal de Justiça de Santa Catarina:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. EXCEPCIONAL SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade recuperanda. Precedentes. 2. Agravo interno não provido. (STJ.AgInt no AgInt no AgInt no CC 149.561/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/08/2018, DJe 24/08/2018)

**AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. PRESERVAÇÃO DA EMPRESA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.**

1. Apesar de o credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis não se submeter aos efeitos da recuperação judicial, o juízo universal é competente para avaliar se o bem é indispensável à atividade produtiva da recuperanda. Nessas hipóteses, não se permite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais à sua atividade empresarial (art. 49, §3º, da Lei 11.101/05). Precedentes. 2. Estabelecida a competência do juízo em que se processa a recuperação judicial. 3. Agravo interno não provido. (STJ. AgInt no CC 149.798/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/04/2018, DJe 02/05/2018).

**AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - DECISÃO PROFERIDA NA ORIGEM NEGANDO O PEDIDO DE BUSCA E APREENSÃO DOS VEÍCULOS OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA MANTIDOS EM PODER DA EMPRESA DEMANDADA (EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL). IRRESIGNAÇÃO DA CASA BANCÁRIA - INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL - PLEITO DE APREENSÃO DE BENS NEGADO. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO OBJURGADA NEGADO - IMPOSSIBILIDADE DE REMOÇÃO DE BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE DA EMPRESA DEVEDORA - MANUTENÇÃO DA DECISÃO MONOCRÁTICA QUE SE IMPÕE - AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO. [...] Isso porque, os 8 caminhões trator, da marca Scania, alienados fiduciariamente junto à instituição financeira agravante são utilizados na atividade econômica exercida pela empresa agravada, qual seja, transporte rodoviário de cargas (TJSC, Agravo n. 4008595-81.2017.8.24.0000, de Otacílio Costa, rel. Des. José Agenor de Aragão, Câmara Civil Especial, j. 22-02-2018).**

**AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - DECISÃO DEFERITÓRIA DE SUSPENSÃO DE AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, EM DECORRÊNCIA DO PROCESSAMENTO DO PEDIDO RECUPERACIONAL - INSURGÊNCIA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RAZÕES RECURSAIS QUE DEFENDEM A INAPLICABILIDADE DA RESSALVA CONTIDA NO ART. 49, §3º, DA LEI 11.101/2005 - INACOLHIMENTO - BENS MÓVEIS (CAMINHÕES E SEMI REBOQUES) DADOS EM GARANTIA POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA QUE SE MOSTRAM ESSENCIAIS PARA A ATIVIDADE PRODUTIVA DAS SOCIEDADES EMPRESARIAS EM RECUPERAÇÃO, MORMENTE PORQUE ATUAM NO RAMO DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO - PRONUNCIAMENTO JUDICIAL MANTIDO - DESPROVIMENTO DO RECLAMO. Conquanto o art. 49, §3º, da Lei n. 11.101/2005, faça exceção**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

de que o credor fiduciário não se submete à recuperação judicial, prevalecendo os direitos de propriedade, o mesmo parágrafo, na parte final, estabelece não ser permitida, no lapso temporal de suspensão do art. 6º, §4º, a alienação ou a retirada do estabelecimento comercial dos bens essenciais à atividade empresarial. No caso, evidencia-se do próprio contrato social das empresas em recuperação que os caminhões e semi reboques (bens dados em garantia por alienação fiduciária) são essenciais para os objetivos sociais das recuperandas, e, por consectário, para o desempenho das suas atividades econômico-produtivas, mormente porque atuam no ramo de transporte rodoviário. Portanto, razão assiste ao Magistrado de Primeiro Grau ao reconhecer à hipótese a aplicação da ressalva contida na lei de regência. [...] (TJSC, Agravo de Instrumento n. 4026868-11.2017.8.24.0000, de Itajaí, rel. Des. Robson Luz Varela, Segunda Câmara de Direito Comercial, j. 17-07-2018).

Portanto, deve ser **deferido** o pedido das autoras referentes à abstenção para retomada ou consolidação da propriedade dos bens considerados essenciais. Em decorrência, as instituições financeiras deverão se abster de retomar ou consolidar a propriedade do imóvel em que se encontra estabelecida a sede da empresa Construtora Andrade Ltda, na Rua Adolfo Konder, 225, em Concórdia-SC, bem como do guindaste veicular, das retroescavadeiras, dos caminhões, das escavadeiras, empilhadeiras e carrocerias descritos às pgs. 27-28.

### 3.3 Do pedido de restituição dos bens apreendidos

Pretende as autoras a restituição dos bens apreendidos em decorrência dos autos n. 0011536-58.2018.8.16.0033 da Vara Cível de Pinhais-PR. Sustentam que se tratam de veículos essenciais às atividades das requerentes porquanto servem para deslocamento de materiais das lojas de materiais de construção e para entrega de pedidos.

Infere-se dos autos n. 0300938-23.2018.8.24.0235, a petição de busca e apreensão oriunda do processo ajuizado em face da JSA Transportes Rodoviários de Carga Ltda em trâmite no Foro Regional de Pinhais, (autos n. 0011536-58.2018.8.16.0033) e que foram apreendidos um caminhão trator marca Volvo do Brasil Veículos Ltda, mod. FH 460 6X2, ano/fab/mod. 2016/2016, chassi: 9BVRG20C9GE837582, cor branca, placas: QHZ6834 e um caminhão trator marca Volvo do Brasil Veículos Ltda, mod. FH 460 6X2, ano/fab/mod. 2016/2016, chassi: 9BVRG20C1GE837353, cor branca, placas: QIA 2304.

Ainda, verifica-se que está em andamento nessa comarca os autos n.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

0300967-73.2018.8.24.0235, oriundos, também, do Foro Regional de Pinhais (autos n. 0012160-10.2018.8.16.0033) em que foi deferida a busca e apreensão em face da Andrade Construções Ltda, do caminhão Marca Volvo do Brasil Veículos Ltda, Mod. VM 270 4X2 EURO 5., ano mod. 2015, ano fab. 2015, chassi/série n. 93KK0R1A0FE153815, cor branca e de uma carroceria marca Librelato S.A Implementos Rodoviários, mod. Carroceria Metálica basc. Capac de 3 a 40, ano mod. 2015, ano fab. 2015, chassi/série n. SC0LB10236F03284.

Observa-se que esses bens também são considerados essenciais às atividades tanto da transportadora que realiza transportes rodoviários de cargas intermunicipal, interestadual e internacional, como da empresa de construções, responsável por construção civil, terraplanagem, escavações, prestação de serviços na coleta e reciclagem de lixo e entulhos, limpeza e conservação (pgs. 47, 77, 272, 275).

Além disso, conforme recentemente decidiu o Superior Tribunal de Justiça, *"a avaliação quanto à essencialidade de determinado bem de capital, objeto de garantia fiduciária, ao desenvolvimento da atividade empresarial — absolutamente pertinente ao Juízo da recuperação judicial, o qual detém todas informações relacionadas à real situação econômico-financeira da recuperanda — mostra-se indispensável ao soerguimento da empresa"* (STJ. REsp 1758746/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018).

Desse modo, tendo o presente Juízo, deferido o processamento de recuperação judicial, evidencia-se competente para análise da essencialidade dos bens das recuperandas, bem como para determinar sua restituição e/ou manutenção em posse da requerida pelo período de 180 dias previsto na Lei n. 11.101/20015, art. 6º, § 4º. Desse modo, o pedido de restituição deve ser deferido.

3.4 Do pedido de dispensa de apresentação de certidão de Recuperação Judicial para participar de licitações e receber pagamentos da administração pública.

A parte requerente sustenta que necessita de ordem judicial para



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

dispensa de apresentação da certidão mencionada na Lei de Licitações, art. 31, II - "certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física". Para tanto, argumenta que vedar o acesso às empresas em recuperação judicial de participarem de licitações significa impedi-las de se recuperarem, conduzindo-as à falência. Ainda, sustenta que o texto da lei fala em concordata e não em recuperação judicial de modo que não há como interpretar a lei de forma extensiva.

A respeito do assunto, há decisão recente do Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTICIPAÇÃO. POSSIBILIDADE. CERTIDÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. DESCABIMENTO. APTIDÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO. OUTROS MEIOS. NECESSIDADE.

[...]

2. Conquanto a Lei n. 11.101/2005 tenha substituído a figura da concordata pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, o art. 31 da Lei n. 8.666/1993 não teve o texto alterado para se amoldar à nova sistemática, tampouco foi derogado.

3. À luz do princípio da legalidade, "é vedado à Administração levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa" (AgRg no RMS 44099/ES, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016).

4. Inexistindo autorização legislativa, incabível a automática inabilitação de empresas submetidas à Lei n. 11.101/2005 unicamente pela não apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, principalmente considerando o disposto no art. 52, I, daquele normativo, que prevê a possibilidade de contratação com o poder público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação.

5. O escopo primordial da Lei n. 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

6. A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis n. 8.666/1993 e n. 11.101/2005 leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada dos princípios nelas contidos, pois a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos interesses dos credores.

7. A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

8. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial.

Ademais, extrai-se do voto do Relator Min. Gurgel de Faria:

[...] Com efeito, penso que negar à pessoa jurídica em crise econômico-financeira o direito de participar de licitações públicas, única e exclusivamente pela ausência de entrega da certidão negativa de recuperação judicial, vai de encontro ao sentido atribuído pelo legislador ao instituto recuperacional.

É necessário que se adotem providências a fim de avaliar se a empresa Recuperanda participante do certame, caso seja vencedora, tem condições de suportar os custos da execução do contrato. Significa dizer, é preciso aferir se a empresa sujeita ao regime da Lei n. 11.101/2005 possui aptidão econômica e financeira.

Daí se infere que a dispensa de apresentação de certidão negativa não exige a empresa em recuperação judicial de comprovar a sua capacidade econômica para poder participar da licitação.

Sobre o tema, a Advocacia Geral da União já se manifestou em sentido favorável à participação, por meio do Parecer n. 45/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, no qual ponderou que as fases do processamento da recuperação judicial ocasionam situações processuais distintas: na fase postulatória, a empresa faz o pedido ao juízo falimentar, que pode deferir-lo ou não; já na fase deliberativa, o juiz defere a recuperação judicial, após a aprovação do plano submetido à assembleia geral de credores, ou ausência de objeção a ele.

Na primeira fase, a empresa requerente confessa seu estado de insolvência sem, contudo, comprovar a aptidão econômico-financeira, a qual apenas se dará com a aprovação e a homologação do plano de recuperação, nos termos do art. 58 da Lei n. 11.101/2005.

Assim, como bem pontuou a AGU em seu respeitável parecer, a apresentação de certidão positiva de recuperação não implica a imediata inabilitação, cabendo ao pregoeiro ou à comissão de licitação diligenciar a fim de avaliar a real situação de capacidade econômico-financeira da empresa licitante (STJ. AREsp 309.867/ES, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 08/08/2018).

E, ainda:

Agravo regimental em medida cautelar. Liminar deferida para conferir efeito suspensivo ao recurso especial admitido. Licitações e contratos. Necessidade de empresa em recuperação judicial apresentar certidão prevista no art. 31, II, da Lei 8.666/1993. Questão inédita. Atividade empresarial. Renda totalmente obtida por contratos com entes públicos. *Periculum in mora inverso* evidenciado. Questão inédita. Inexistência dos requisitos ensejadores do deferimento da medida. Agravo regimental provido. Liminar cassada. Extinção da medida cautelar sem julgamento de mérito.

1. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior de Justiça é no sentido de que a concessão de provimento liminar em medidas cautelares reclama a satisfação cumulativa dos requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*. O primeiro consubstancia-se no fato de o direito alegado no recurso



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

ser plausível e encontrar amparo em entendimentos deste Superior Tribunal e o segundo remonta-se à possibilidade de perecimento do direito caso a medida não seja deferida.

2. O Tribunal de origem exarou decisão no sentido de permitir que a agravante, pessoa jurídica em recuperação judicial, continuasse a participar de licitações públicas, “*sem apresentação da certidão negativa de recuperação judicial*”, salientando, para tanto, que essa “possui todas as certidões negativas ínsitas no art. 31 da Lei 8.666/1993, sendo certo que, por estar em recuperação judicial, não seria capaz de apresentar apenas a certidão negativa de falência ou concordata”.

3. Quanto ao *fumus boni iuris* – possibilidade de empresa em recuperação judicial ser dispensada de apresentação da certidão ínsita no inciso II, do art. 31, da Lei 8.666/1993, considerando os fins do instituto elencados no art. 47 da Lei 11.101/2005 – para fins de participação em certames, verifica-se que esta Corte Superior de Justiça não possui posicionamento específico quanto ao tema.

4. Nos feitos que contam como parte pessoas jurídicas em processo de recuperação judicial, a jurisprudência do STJ tem se orientado no sentido de se viabilizarem procedimentos aptos a auxiliar a empresa nessa fase. A propósito, cita-se o REsp 1187404/MT – feito no qual foi relativizada a obrigatoriedade de apresentação de documentos, por parte de empresas sujeitas à Lei 11.101/2005, para fins obtenção de parcelamento tributário. Restou consignado que: “em uma exegese teleológica da nova Lei de Falências, visando conferir operacionalidade à recuperação judicial, é desnecessário comprovação de regularidade tributária, nos termos do art. 57 da Lei nº 11.101/2005 e do art. 191-A do CTN, diante da inexistência de lei específica a disciplinar o parcelamento da dívida fiscal e previdenciária de empresas em recuperação judicial” (REsp 1187404/MT, Rel. Min. Luis Felipe Salomão).

5. O fato de o pleito deduzido no especial não encontrar amparo em qualquer precedente desta Corte, somando à tese adotada, em situações similares, no sentido de relativizar as exigências documentais, previstas em lei, para que empresas em recuperação judicial possam lograr êxito em seu plano recuperatório, afastam, da espécie, o *fumus boni iuris*.

6. Não resta evidenciada a alegação de ser o provimento assegurado pela instância a *quo* genérico com efeito *erga omnes*. O Tribunal a *quo* não autorizou a recorrida a participar sumariamente de toda e qualquer licitação sem apresentação de quaisquer documentos previstos na lei de regência. Afastou a apresentação de uma certidão: a certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7. O *periculum in mora* não foi demonstrado, pois o agravado não foi capaz de demonstrar o perecimento de seu direito. Aliás, ao contrário, visualiza-se na espécie, possível ocorrência de *periculum in mora inverso*, pois, tendo a agravante focado sua atividade empresarial em contratos com os entes públicos, constituindo-se em 100% de sua fonte de receitas, a subsistência da liminar em tela poderá comprometer a sua existência.

8. Agravo regimental provido, cassando a liminar anteriormente deferida e julgando extinta, sem julgamento de mérito, a presente Medida Cautelar (grifei) (Agravo Regimental na Medida Cautelar 23.499/RS, Rel. Min. Humberto Martins, Rel. para o acórdão Min. Mauro Campbell, julgado em 18.12.2014, DJe de 19.12.2014).



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

Desse modo, presente a probabilidade do direito no fato de que "a apresentação de certidão positiva de recuperação não implica a imediata inabilitação à contratação com o poder público" até porque as requerentes ajuizaram o presente feito justamente para se recuperarem economicamente, bem como o perigo da demora inverso no fato de que o impedimento da participação das requerentes em certames públicos as impediria de superar a crise. Outrossim, consoante o teor da jurisprudência recentemente mencionada, o pleito liminar deve ser deferido a fim de que as autoras sejam dispensadas, por ora, da apresentação de certidão negativa de recuperação judicial para participarem de licitações e receberem pagamentos da administração pública. No entanto, caberá ao pregoeiro ou à comissão de licitação avaliar a demonstração da viabilidade econômica-financeira das empresas na fase de habilitação.

4. Desse modo, **DEFIRO, PARCIALMENTE**, os pedidos de tutela provisória formulados para:

a) **DETERMINAR** que as instituições financeiras mencionadas às pgs. 20-25 da peça inicial se abstenham de efetuarem débitos decorrentes das operações bancárias contraídas antes do pedido de recuperação judicial (considerar o protocolização dos autos em 31.8.2018) nas contas das requerentes e que aguardem a execução do plano de recuperação em relação às operações contraídas anteriormente ao pedido de recuperação judicial;

b) **DETERMINAR** que as instituições financeiras mencionadas às pgs. 27-28 da peça inicial, bem como a Cooperativa de Crédito de Livre admissão de Associados do Vale do Vinho indicada na emenda à pg. 814 abstenham-se de retomar ou consolidar a propriedade: do imóvel em que se encontra estabelecida a sede da empresa Construtora Andrade Ltda, na Rua Adolfo Konder, 225, em Concórdia-SC e dos bens móveis guindaste veicular, retroescavadeiras, caminhões, escavadeiras, empilhadeiras e carrocerias descritos às pgs. 27-28.

c) **DETERMINAR** que o Banco Volvo (Brasil) S.A. restitua, no prazo de dez dias, o caminhão trator marca Volvo do Brasil Veículos Ltda, mod. FH 460 6X2, ano/fab/mod. 2016/2016, chassi: 9BVRG20C9GE837582, cor branca, placas:

Endereço: Rua Nereu Ramos, 388, 3º Andar, Centro - CEP 89610-000, Fone: (49) 3551-4400, Herval d'Oeste-SC - E-mail: herval.unica@tjsc.jus.br



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

QHZ6834; e o caminhão trator marca Volvo do Brasil Veículos Ltda, mod. FH 460 6X2, ano/fab/mod. 2016/2016, chassi: 9BVRG20C1GE837353, cor branca, placas: QIA 2304 apreendidos em decorrência dos autos n. 0011536-58.2018.8.16.0033 Foro Regional de Pinhais e dos autos n. 0300938-23.2018.8.24.0235 em trâmite nesta comarca de Herval d'Oeste. Ainda DETERMINAR que a mencionada instituição financeira de abstenha de retomar o caminhão Marca Volvo do Brasil Veículos Ltda, Mod. VM 270 4X2 EURO 5., ano mod. 2015, ano fab. 2015, chassi/série n.. 93KK0R1A0FE153815, cor branca e a carroceria marca Librelato S.A Implementos Rodoviários, mod. Carroceria Metálica basc. Capac de 3 a 40, ano mod. 2015, ano fab. 2015, chassi/série n. SC0LB10236F03284) oriundos, também, do Foro Regional de Pinhais (autos n. 0012160-10.2018.8.16.0033) e autos 0300967-73.2018.8.24.0235 desta comarca de Herval d'Oeste até que seja certificado o transcurso do prazo do art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005. Ainda, comunique-se ao Juízo da Vara Cível de Pinhais/PR a respeito dessa decisão.

d) **DISPENSAR**, por ora, as recuperandas da apresentação de certidões negativas de recuperação judicial a fim de que possam se habilitar para participarem de licitações e receberem pagamentos da administração pública. No entanto, caberá ao pregoeiro ou à comissão de licitação avaliar a demonstração da viabilidade econômica-financeira das empresas na fase de habilitação.

e) **DISPENSO**, ainda, as autoras de apresentação de certidões negativas de débitos para que possam continuar a exercer suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, salvo o autorizado no item acima, fazendo constar em todos os atos, contratos e documentos firmados a expressão "em Recuperação Judicial" após o nome empresarial (artigos 52, inciso II, parte inicial e 69, da Lei n. 11.101/2005).

f) **SUSPENDO**, com fundamento no artigo 52, inciso III, da Lei n. 11.101/2005, a prescrição e o processamento de todas as ações e execuções ajuizadas contra as **empresas recuperandas, permanecendo os respectivos autos nos Juízos onde se processam**, exceto as ações com quantia ilíquida já em



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PODER JUDICIÁRIO  
Comarca de Herval d'Oeste  
Vara Única

andamento (artigo 6º, § 1º, da Lei n. 11.101/2005), ações trabalhistas (artigo 6º, § 2º, da Lei n. 11.101/2005) e execuções de natureza fiscal (artigo 6º, § 7º, da Lei n. 11.101/2005), além das ações relativas a créditos excetuados pelo artigo 49, § 3º (proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio), observando-se a decisão proferida acima em relação a essa questão e § 4º (adiantamento a contrato de câmbio para exportação), todos da Lei n. 11.101/2005.

A suspensão fica limitada ao *prazo de 180 (cento e oitenta) dias*, restabelecendo-se, após esse prazo, o direito de continuidade da tramitação dos referidos feitos, independentemente de novo pronunciamento judicial (artigo 6º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11.101/2005).

Friso que a comunicação da suspensão aos Juízos onde tramitam as ações mencionadas é de responsabilidade das empresas recuperandas (art. 52, § 3º, da Lei n. 11.101/2005).

g) **DETERMINO** às empresas recuperandas a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, *sob pena de destituição de seus administradores* (artigo 52, inciso IV, da Lei n. 11.101/2005).

Em prosseguimento, comuniquem-se às Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, pela via postal, acerca do deferimento do processamento da recuperação.

Intime-se o representante do Ministério Público (artigo 52, inciso V, da Lei n. 11.101/2005).

Expeça-se o edital a que se refere o artigo 52, § 1º, da Lei n. 11.101/2005, com a advertência aos credores de que terão o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar, diretamente ao Administrador Judicial, suas habilitações ou suas divergências quanto aos créditos relacionados (artigo 7º, § 1º, da Lei n. 11.101/2005).





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**Comarca de Herval d'Oeste**  
**Vara Única**

Oficie-se à Junta Comercial para que inclua nos registros das empresas recuperandas a observação "em Recuperação Judicial" (artigo 69, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005).

A empresa recuperanda deverá promover a publicação desta decisão em jornal ou revista de grande circulação, salvo comprovada impossibilidade, nos termos do artigo 191 da Lei n. 11.101/2005.

No que tange aos pedidos de habilitação de crédito (p. 1.083-1.087; p. 1.094-1.121; p. 1.122-1.126; 1.162-1.167), desentranhem-os, juntamente com os documentos juntados porquanto não cabe intervenção de terceiros no procedimento de recuperação judicial, bem como não é o momento oportuno para fazê-lo uma vez que as habilitações deverão ser apresentadas ao administrador judicial no prazo previsto no art. 7º, § 1º da Lei n. 11.101/2005.

Sobre os ofícios de p. 1.088-1.090 e 1.091-1.093, da Justiça do Trabalho, caberá ao Administrador observar o item 2 desta decisão.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), 26 de outubro de 2018.

**Ildo Fabris Junior**  
**Juiz de Direito**